



# AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: GARANTIA DE UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE

Go Tani

Universidade de São Paulo – Brasil

**Resumo:** O propósito deste artigo é identificar e discutir fatores que compõem e ou influenciam o ensino de Graduação, visando oferecer subsídios para que os cursos de Graduação em Educação Física organizem-se uma ação articulada de co-responsabilidade do seu corpo docente, discente e administrativo. Considerando que os fatores, necessidades sociais, mercado de trabalho, estrutura físico-administrativa, corpo de conhecimentos, corpo docente, proposta do curso e corpo discente, estão articulados entre si, é necessário um planejamento estratégico institucional para equacioná-los adequadamente e o envolvimento de todos.

**Palavras-chave:** Graduação em Educação Física; avaliação das condições de ensino; qualidade.

## EVALUATION OF THE CONDITONS OF THE GRADUATION COURSE IN PHYSICAL EDUCATION: WARRANTY OF A GOOD LEVEL IN QUALITY OF THE FORMATION

**Abstract:** The purpose of this article is to identify and discuss factors which compose and influence the teaching of graduation, aiming to offer subsidies so that the courses of Physical Education organize themselves in a well-founded action of co-responsibility of the faculty members, staff and students. Considering these factors, social necessities, working field, physical-administrative conditions, knowledge, faculty members, proposal of the course and faculty members are well-founded among themselves, an institutional strategic planning is necessary to equalize them suitably and the involvement of all.

**Keywords:** graduation in Physical Education, evaluation of the conditions of teaching; level of quality

## INTRODUÇÃO

Data de aniversário é um momento muito especial que propicia e estimula diferentes ações: comemorar, refletir, avaliar, planejar, projetar, sonhar. O curso de Educação Física da Universidade Federal de São Carlos completa seus dez anos de existência neste ano de 2004. Para marcar essa data histórica, o Departamento de Educação Física organizou um evento para discutir uma das atividades-fim mais importantes da universidade que é o Ensino de Graduação. Nada mais oportuno, considerando-se, entre outros aspectos, as novas diretrizes curriculares nacionais para a formação profissional em Educação Física, o agitado mercado de trabalho em constante transformação, as necessidades sociais que se renovam, os avanços na tecnologia da informação com sérias implicações no processo educacional, o acesso simples e rápido aos conhecimentos

específicos da profissão (proporcionado à população em geral pela Internet) e a proliferação dos cursos de Graduação, particularmente oferecidos pelas instituições privadas de ensino superior.

Ser convidado para proferir a conferência de abertura de um evento de tamanha relevância institucional constitui-se, para qualquer acadêmico, um enorme privilégio profissional. Para mim, além do aspecto profissional, estar aqui no dia de hoje é também um motivo de profunda satisfação pessoal em razão da participação em eventos anteriormente realizados por essa casa ter possibilitado o estreitamento de nossas relações afetivas. Agradeço a Comissão Organizadora por ter lembrado, mais uma vez, o meu nome.

No entanto, o tema definido pela Comissão me faz esquecer, pelo menos por um momento, o lado agradável e doce do convite e me coloca num estado de ansiedade e preocupação. Avaliar as condições de ensino com vistas à formação de qualidade é um assunto definitivamente “espinhoso” para qualquer conferencista, ainda mais para mim que não sou especialista no assunto. Evidentemente, não disponho de dados para uma avaliação objetiva e profunda do ensino de Graduação, tampouco tenho informações que possam eventualmente garantir uma formação de qualidade, se é que elas existem.

Portanto, estou ciente de que seguir fielmente o título da palestra é correr um enorme risco de desapontar, de partida, todos os presentes. A essa altura das minhas exposições e diante de tantas justificativas e explicações, muitos já devem estar indagando: então, o que veio esse sujeito aqui fazer? Por que aceitou o convite?

Pretendo, nesta oportunidade, identificar e discutir alguns fatores que compõem e ou influenciam o ensino de Graduação, na esperança de que o esforço institucional para que esses fatores sejam apropriadamente considerados e contemplados no curso de formação profissional constitua-se uma ação articulada de co-responsabilidade do seu corpo docente, discente e administrativo. Espero também que esses fatores possam ser utilizados como referências úteis para se avaliar as condições de ensino, processo imprescindível para a busca da qualidade e longe, portanto, de sugerir qualquer tipo de ação ou informação que garanta a qualidade no ensino.

## **FATORES QUE COMPÕEM E/OU INFLUENCIAM O CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

A formação profissional é por excelência um processo muito complexo e dinâmico. Complexo porque envolve a participação de vários elementos constituintes que interagem e dinâmico porque esses elementos mudam com o tempo. Por conseguinte, qualquer tentativa de compreendê-lo ou avaliá-lo pode resultar em conclusões parciais e temporárias. Dessa forma, ciente do cuidado que o assunto merece e sem nenhuma intenção de esgotá-lo, os seguintes fatores são identificados como aqueles que devem ser devidamente considerados na formação profissional em Educação Física: necessidades sociais, mercado de trabalho, estrutura físico-administrativa, corpo de conhecimentos, corpo docente, proposta do curso e corpo discente (figura 1).

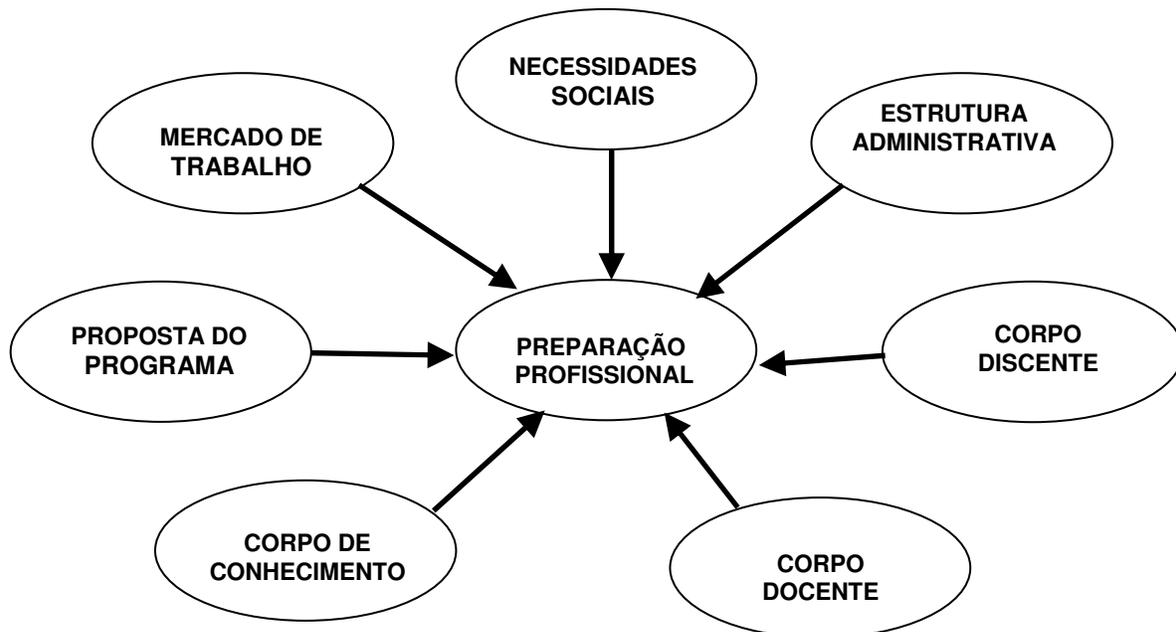


Figura 1: Fatores que compõem e ou influenciam a preparação profissional em Educação Física.

## NECESSIDADES SOCIAIS

As necessidades sociais relacionadas com a Educação Física têm sido identificadas, historicamente, como situadas no campo da saúde, da educação, da cultura e do lazer (TANI, 1996, 1998, 2002; TANI e MANOEL, 2004). Em outras palavras, a Educação Física tendo como objeto de estudo e aplicação o movimento humano, a cultura de movimento ou a atividade física (na sua essência, esporte, jogo, exercício, ginástica, dança) procura contribuir para que essas necessidades sociais sejam apropriadamente atendidas, mediante seus projetos, programas e procedimentos de intervenção profissional.

A relação entre atividade física e saúde já é bem conhecida e disseminada (veja, por exemplo, BLAIR, 1993; BOUCHARD, SHEPARD e STEPHENS, 1994, para uma síntese). Evidências têm sido acumuladas mostrando que a atividade física é um elemento essencial para a manutenção e promoção da saúde, não apenas como fator de prevenção de doenças crônico-degenerativas (PAFFENBARGER e LEE, 1996; POLLOCK, GAESSER, BUTCHER, DESPRÉS, DISHMAN, FRANKLIN e GARBER, 1998, para maiores detalhes) como também de promoção do bem estar e qualidade de vida das pessoas (veja, por exemplo, MATSUDO, 2000; MOREIRA e SIMÕES, 2002; NAHAS, 2001).

O esporte, o jogo, a dança, a ginástica e o exercício são categorias de movimento que constituem um importante patrimônio cultural da humanidade a que podemos denominar de cultura do movimento (TANI e MANOEL, 2004). Ter acesso a esse patrimônio, para dele participar e usufruir como também disseminar, construir e transformar, representa um anseio legítimo da sociedade. A Educação Física, ao possibilitar o acesso a esse patrimônio cultural, mediante uma prática pedagógica (escolar) e profissional (não escolar) que trate de forma organizada e sistemática os conhecimentos a ela pertinentes, contribui significativamente para a promoção do nível educacional e cultural da sociedade.

O lazer tem assumido um papel crescentemente importante na sociedade moderna. Usufruir o tempo livre de forma ativa, criativa e acima de tudo prazerosa é, sem dúvida, uma necessidade fundamental para a promoção do bem estar e qualidade de vida (TANI, 2002). As atividades próprias da cultura do movimento constituem-se elementos privilegiados nesse cenário, pois além dos benefícios fisiológicos, cognitivos, afetivos e sociais intrínsecos, propiciam oportunidades de contato mais íntimo com

a natureza, com a cultura e com as pessoas, algo cada vez mais raro e difícil na agitada vida moderna. A Educação Física, ao oferecer programas e projetos no campo do lazer, devidamente fundamentados em conhecimentos acadêmicos e científicos, pode contribuir efetivamente para o preenchimento dessa necessidade social tão premente e relevante dos dias de hoje.

Uma outra necessidade social crescentemente relacionada à Educação Física, além das clássicas anteriormente mencionadas, é o trabalho. Investir em qualidade de vida do trabalhador tem sido uma estratégia cada vez mais freqüente no meio empresarial. Evidentemente, o que se busca é a produtividade, mas o oferecimento de programas de atividades físicas no próprio local de trabalho para a melhoria do bem estar do trabalhador tem demandado estudos, abordagens e propostas que vão muito além dos programas pioneiros de ginástica, muito utilizados na prevenção de doenças laborais. É um campo em que se espera uma presença cada vez mais forte da Educação Física.

## MERCADO DE TRABALHO

Nos últimos anos, têm-se observado mudanças significativas no plano social e profissional, no que se refere à prática de atividades físicas. Existem sinais evidentes de que a consciência sobre a importância da atividade física para a qualidade de vida ou bem estar geral das pessoas tem aumentado gradativamente. Por exemplo, é notório que um número cada vez maior de pessoas de diferentes idades, de diferentes camadas sociais e de ambos os sexos, tem praticado atividade física regularmente, caminhando e correndo pelas ruas e parques da cidade. As reivindicações por espaços adequados à prática de atividades físicas no planejamento urbano e residencial também têm se tornado mais freqüentes. As chamadas “academias de ginástica” têm aumentado em número, o que permite inferir que a demanda também têm crescido. O número de pessoas com acesso a programas de atividades físicas orientadas nos próprios locais de trabalho tem aumentado significativamente. Há oferta cada vez maior de “pacotes” turísticos e de lazer que incluem programas de atividades físicas, muitos com ênfase e apelo ecológicos, como caminhadas, escaladas e corridas de aventura (TANI, 1996).

Essas mudanças sociais têm criado novas alternativas de emprego aos profissionais da área. Se há quinze anos, a maioria dos formandos se empregava no ensino formal, hoje são poucos os que seguem esse caminho (MARIZ DE OLIVEIRA, 1988). É nítida a crescente redução de demanda por professores para atuarem nas escolas. O mercado de trabalho está totalmente aberto para novas opções de carreira, como em academias, clubes, centros de saúde, hotéis, agências de eventos e também na área de consultorias, *personal trainers* e assim por diante. Se a Educação Física conseguirá ou não ocupar esse espaço de trabalho vinculado à prática de atividades físicas dependerá, fundamentalmente, da qualidade de serviços que os profissionais da área serão capazes de oferecer, e isso está diretamente relacionado à qualidade da formação profissional. Todavia, como veremos adiante, a formação profissional depende do suporte de uma área de conhecimento com identidade claramente definida e em constante desenvolvimento (TANI, 1992).

## ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA

O ensino, a pesquisa e a extensão são conhecidos como as três atividades-fim da universidade, ou seja, são eles que justificam a sua existência. Entretanto, para que essas atividades-fim sejam realizadas com eficácia e eficiência é necessário um sólido suporte das chamadas atividades-meio, que incluem o trabalho de toda uma estrutura administrativa e os demais serviços necessários para viabilizar a vida institucional. Na realidade, não há como separar essas duas atividades: uma não existe sem a outra. Porém, na prática, a relevância das atividades-meio é freqüentemente subestimada no âmbito universitário. Por exemplo, não existe dúvida de que oferecer ensino de qualidade é uma atividade-fim prioritária, mas muitas vezes, esquece-se

de que para se desenvolver um ensino de qualidade é necessário um serviço de apoio didático e administrativo eficiente, que vai desde oferecer uma sala de aula limpa até colocar à disposição recursos audiovisuais modernos e sofisticados.

Naturalmente, o ensino de Graduação em Educação Física requer uma infra-estrutura física e um conjunto de equipamentos específicos da área já bem conhecidos, particularmente os esportivos, cuja discussão não merece aqui ser aprofundada. No entanto, é importante enfatizar que para muitos dirigentes universitários, especialmente de outras áreas de conhecimento e que muitas vezes detêm o poder para definir o orçamento da universidade, essa infra-estrutura física e os equipamentos significam tudo que a Educação Física precisa para o desenvolvimento do seu curso de Graduação. Sala de professores, bibliotecas, laboratórios de pesquisa e de informática ainda não são considerados como partes de uma infra-estrutura absolutamente básica e indispensável. Lamentavelmente, a Educação Física é ainda vista por essas pessoas como um curso de formação profissional de natureza prática e técnica e não acadêmica e científica, de forma que ela continua a pagar muito caro por essa falta de reconhecimento como uma área de conhecimento merecedora de um lugar no seio de uma universidade. Isso se deve fundamentalmente à sua característica incipiente como uma área acadêmico-científica, mas é oportuno admitir que, muitas vezes, os próprios docentes da Educação Física têm contribuído para a continuidade e até fortalecimento da ignorância e miopia acadêmicas acerca da natureza da área, prevaletes na mente de muitos colegas de outras áreas de conhecimento.

Juntamente com a infra-estrutura física, a estrutura administrativa constitui-se um importante fator de qualidade no ensino de Graduação. Oferecer um serviço de qualidade requer uma preocupação com o respeito às pessoas - docentes, funcionários e alunos - e com a melhoria de qualidade no atendimento, nas instalações físicas didáticas e esportivas disponibilizadas, nos espaços de convivência, na comunicação, na segurança, enfim, em tudo que envolve a vida no interior da instituição. Em outras palavras, requer uma administração que priorize a qualidade, o que exige constante investimento nos setores administrativos, financeiros, tecnológicos e de recursos humanos.

Obviamente, tudo isso envolve recursos financeiros e a difícil situação em que se encontram as universidades brasileiras, especialmente públicas, é uma grande inibidora de qualquer iniciativa na direção da qualidade. Todos sabem que, se depender apenas da verba orçamentária, é impossível pensar-se em melhoria de qualidade nos serviços oferecidos. Na melhor das hipóteses, consegue-se manter as portas abertas. Além disso, é de conhecimento de todos que não há perspectivas de mudança a curto prazo. Daí a pergunta: o que fazer? Existem saídas?

Infelizmente, não há tantas opções para esse difícil e crônico problema e, seguramente, elas vão se tornar ainda menores caso não seja mudada a mentalidade conservadora e arcaica prevaletente na universidade pública brasileira, que a mantém como uma instituição fechada em si mesma, muito isolada da sociedade que a sustenta. Numa visão moderna de universidade pública, aberta e dinâmica, as parcerias com entidades e instituições externas à universidade são reconhecidas como absolutamente indispensáveis. Claro está que as ações devem estar rigorosamente pautadas e respaldadas em bases legais e éticas, definidas pela própria universidade e transparentes para a sociedade.

Apesar disso, muitos ainda sustentam a visão de que qualquer parceria com entidades externas implica a privatização da universidade pública. Não lhes passa pela cabeça que o que onera a sociedade não é a manutenção de uma instituição criada para atender a uma necessidade social básica, mas mantê-la sem que cumpra o seu papel: é manter um hospital que atende mal os pacientes; é manter uma universidade que ensina e pesquisa mal; é manter um sistema de transporte coletivo ineficiente. As parcerias, além de trazerem novas idéias, novos conhecimentos e novas tecnologias - essenciais para a modernidade da universidade na sua relação com a sociedade - geram recursos a serem investidos na própria instituição, viabilizando o cumprimento do seu papel social com eficiência e eficácia.

Existem outros caminhos para a obtenção de recursos financeiros. Por exemplo, mediante um programa “intenso” de atividades de extensão. Nesse âmbito, é preciso também deixar aquela visão conservadora e arcaica de instituição pública

anteriormente discutida que, em nome da defesa do seu caráter público, imobiliza a instituição e não permite que se ofereçam serviços de extensão à comunidade, devidamente apoiados e integrados ao ensino e à pesquisa, cuja renda seja investida na melhoria da qualidade. As instituições possuem colegiados devidamente estruturados para regulamentar essas atividades de extensão em consonância com as normas estabelecidas e fiscalizar a transparência na sua operacionalização. Não se justifica mais uma instituição ficar de braços cruzados, fazendo da omissão uma resposta conveniente e confortável ao suposto respeito aos bens públicos, o que muitas vezes não passa de uma desculpa demagógica para justificar o não fazer.

Uma administração moderna numa universidade pública necessita ter uma política de recursos humanos para o seu corpo não docente, com investimentos planejados e conseqüentes na capacitação e aperfeiçoamento de pessoal. Investir permanentemente em recursos humanos, mediante participação em cursos, palestras, workshops, etc., é praticamente uma necessidade imperiosa para qualquer instituição moderna. As rápidas transformações na sociedade, na cultura, na ciência e na tecnologia exigem respostas institucionais ágeis sob pena de se transformarem em estruturas obsoletas num curto espaço de tempo. Por outro lado, é preciso zelar para que os investimentos produzam conseqüências práticas na qualidade do serviço oferecido. Isso significa que é necessário, paralelamente ao investimento em recursos humanos, um mecanismo de substituição de pessoal devidamente respaldado num sistema de avaliação contínua, justa e eficiente, mesmo porque, um dos grandes males do serviço público é a tão falada estabilidade no emprego independentemente do desempenho. Num momento em que a sociedade é assolada por uma alta taxa de desemprego, não é eticamente aceitável a manutenção de privilégios na esfera pública, proporcionando estabilidade a quem não merece e cerceando a oportunidade àqueles que de fato merecem.

## CORPO DE CONHECIMENTOS

A Educação Física tem uma tradição relativamente longa como uma prática profissional e como um curso de preparação profissional. Mas a ênfase na preparação profissional e, conseqüentemente, no ensino no âmbito universitário, em detrimento da pesquisa, inibiu uma preocupação mais sistemática com a estruturação de um corpo de conhecimentos que fornecesse sustentação teórica e científica à prática e à preparação profissional. Como se sabe, a ausência do suporte de um corpo de conhecimentos devidamente estruturado coloca em cheque não apenas a autenticidade de uma profissão, mas também a sua própria sobrevivência (Lawson, 1984; Morford, 1972; Tani, 1988, 1989, 1996, 1998). Numa profissão academicamente orientada, ou seja, aquela em que o exercício profissional pressupõe uma formação em nível superior, é imprescindível a existência desse corpo específico de conhecimentos; caso contrário, melhor caracterizaria uma profissão técnica para a qual a formação pertinente seria um curso profissionalizante de ensino médio.

É importante salientar que apesar de existirem diferentes tipos de conhecimentos úteis à prática profissional, como aqueles de natureza pessoal e profissional, assume-se que a legitimidade social e profissional de uma profissão passa necessariamente pela legitimidade acadêmico-científica desse corpo de conhecimentos. Daí concluir-se que os conhecimentos científicos são aqueles que devem constituir a estrutura base do corpo de conhecimentos que dá sustentação a uma profissão academicamente orientada.

A legitimidade acadêmico-científica do corpo de conhecimentos, por sua vez, pressupõe uma estrutura que organize a produção, a sistematização, a disseminação e a aplicação de conhecimentos, dando-lhe uma identidade que possibilita a sua caracterização como uma área específica de conhecimento. A essa estrutura dá-se o nome de base epistemológica da área e ao conjunto de conceitos compartilhados que viabiliza a comunicação interna, o nome de estatuto epistemológico (Tani e Manoel, 2004).

Se a formação de um profissional em Educação Física implica um curso de preparação profissional em nível superior, devidamente fundamentado num corpo de conhecimentos acadêmico-científicos, torna-se relevante questionar como esse corpo de conhecimentos tem sido produzido e sistematizado historicamente. Além disso, a justificativa da pertinência ou não da Educação Física permanecer na universidade depende fundamentalmente das respostas que se tem a esses questionamentos.

A Educação Física é ainda uma área de conhecimento com uma identidade acadêmica não definida e esse é o seu maior problema do qual deriva grande parte de todas as dificuldades atuais: tipo de pesquisa a ser realizada, natureza e estrutura do curso de preparação profissional, qualidade do serviço e responsabilidade social na atuação profissional, regulamentação da profissão, estrutura dos departamentos nas instituições, definição da função como disciplina curricular no processo de escolarização, entre outros. Toda vez que se aprofunda na discussão de cada um desses aspectos, invariavelmente chega-se à conclusão de que sem uma definição da identidade acadêmica da área, não é possível visualizar uma solução adequada.

A definição de identidade acadêmica e a sua consolidação mediante pesquisas abrangentes e profundas constituem-se, portanto, uma necessidade imperiosa da área. Infelizmente, poucos pesquisadores e docentes das instituições de ensino superior estão envolvidos de forma comprometida e sistemática com as discussões acerca de sua base e estatuto epistemológicos. Claro está que não somos epistemológicos por formação e isso coloca sérias limitações no nosso esforço, mas o desinteresse que se percebe na grande maioria dos docentes dá a sensação de que estamos todos num transatlântico que pode, eventualmente, conter coisas belíssimas no seu interior aqui e acolá - pesquisas de ponta nos diferentes campos de investigação e até congressos internacionais sendo realizados no seu convés - mas ainda navegando sem um rumo certo (Tani, 1998).

Excetuando-se os temas relativos ao meu campo específico de investigação, que é a Aprendizagem Motora, as discussões acerca desse tema têm sido uma das minhas maiores preocupações acadêmicas nos últimos anos, tendo resultado em algumas publicações (Tani, 1988, 1989, 1996, 1998, 1999a). O objetivo central desses trabalhos tem sido o de contribuir para aprofundar as reflexões, discussões e proposições acerca do tema e não o de “fazer a cabeça” dos outros como alguns colegas mal informados tentam propagar. Como a minha visão da identidade acadêmica da Educação Física já foi apresentada em eventos anteriores realizados nessa casa, aos interessados tomo a liberdade de sugerir a leitura dos textos originais.

## CORPO DOCENTE

Está claro que a qualificação do corpo docente no que diz respeito à composição, formação e produção intelectual influencia fortemente a qualidade do ensino de Graduação em qualquer área de conhecimento. Não existe dúvida de que um corpo docente constituído de profissionais com formação em Pós-Graduação *stricto sensu*, em número suficiente para a dimensão do curso, distribuídos adequadamente nas diferentes especialidades, produtivos intelectualmente e com envolvimento histórico com a área, é fundamental para a qualidade na Graduação e, portanto, não há necessidade de se aprofundar nessa discussão. Para o propósito dessa apresentação, o importante é analisar e refletir sobre a situação em que se encontra a Educação Física nesse quesito.

É muito comum ouvir-se na nossa área que reformas e inovações curriculares, muito coerentes e consistentes no papel, deixam de acontecer em razão do despreparo e desinteresse do corpo docente em implementá-las. Por que isso ocorre? Existe alguma razão especial para isso? Certamente vários motivos poderiam ser pensados, mas no meu entender, o perfil desejado de docente, adotado pela área ao longo dos anos, contribuiu fortemente para a sua ocorrência. Durante o período em que a Educação Física resumia-se fundamentalmente a um curso de preparação profissional, o que se esperava do seu corpo docente era um bom desempenho no ensino, em grande medida proporcionado e garantido pelo nível de acesso e sintonia

mantido com potenciais fontes de informação (particularmente os cursos de cunho técnico e, em menor escala, as chamadas ciências-mãe). Não se tinha a expectativa dele próprio ser um produtor de conhecimentos, mas sim um consumidor, organizador e disseminador dos mesmos.

Quando a Educação Física começou a fazer parte da estrutura universitária e, portanto, teve que assumir a produção do seu próprio corpo de conhecimentos - até mesmo para justificar a sua presença na universidade - o perfil desejado do docente passou a ser o do professor que pesquisa. Em outras palavras, o ensino continuava a ser o carro chefe, mas esperava-se do docente que, dentro da disponibilidade de tempo que o envolvimento com o ensino permitia, também realizasse pesquisa. Não seria exagerado afirmar que esse é o perfil perseguido ainda hoje na maioria das instituições de ensino superior em Educação Física no nosso país, e a sua materialização já significaria um grande avanço. Tenho denunciado, já há algum tempo, que esse perfil não atende às necessidades atuais da Educação Física e necessita ser radicalmente mudado: o perfil a ser perseguido deveria ser o de pesquisador que ensina (Tani, 1992, 1996, 1998, 1999a), ou seja, aquele que faz da pesquisa as suas preocupações prioritárias e dissemina os conhecimentos produzidos junto ao ensino de Graduação. O docente com esse perfil estará sempre sintonizado com o estado da arte na sua área de investigação e mais apto para ensinar não apenas o conhecimento como um produto acabado, mas sim o próprio processo de sua produção. Além disso, pelo fato de estar sempre desafiando o mundo desconhecido, está mais bem preparado também para os desafios da mudança.

Ao meu ver, a implantação do bacharelado, mediante a Resolução no.3 do Conselho Federal de Educação, de 16 de junho de 1987, foi a grande oportunidade que a Educação Física teve para mudar o perfil desejado do docente, de professor que pesquisa para o pesquisador que ensina, mudança essa fundamental em face da característica ainda incipiente da Educação Física como uma área de conhecimento. Quando o bacharelado foi promulgado, a expectativa natural era de que, em se tratando de profissionais vinculados ao ensino superior, particularmente às universidades e por isso comprometidos, em princípio, com a produção, a organização, a difusão e a aplicação de conhecimentos, os docentes não teriam grandes dificuldades de se adequar às necessidades e exigências do novo curso (Tani, 1996).

O objetivo precípua do bacharelado é a formação de um profissional generalista do conhecimento numa área específica (Tani, 1997). Isso quer dizer que a existência de um corpo específico de conhecimentos é um pré-requisito para o oferecimento do curso de Graduação. Assim, para desenvolver um curso de bacharelado, os docentes deveriam estar envolvidos, ou ao menos começando a se envolver, com a produção de conhecimentos a fim de alimentar constantemente o curso de formação profissional com novos conhecimentos. Entretanto, não foi isso o que ocorreu. Para a maioria dos docentes, se foi difícil até mesmo a compreensão do significado da mudança, o que não dizer acerca das características e implicações de um curso de bacharelado. Tudo isso acabou gerando muita incerteza e insegurança.

Diz-se, freqüentemente, que diante das condições de incerteza geradas pelo mundo desconhecido (novo), existem normalmente duas opções de resposta. A primeira é procurar adquirir competência para adaptar-se às novas exigências e a outra é voltar ao mundo conhecido para tentar manter o status quo. A primeira exige uma atitude positiva de produção e reorganização dos conhecimentos num estado mais elevado de complexidade. A segunda implica, na maioria das vezes, “habilidosas estratégias” para fazer parecer novo aquilo que é velho, como, por exemplo, mudar o nome da disciplina sem mudar o seu conteúdo ou aumentar o número de disciplinas pela simples divisão do conteúdo já desenvolvido (Tani, 1996). A história mostra, infelizmente, que na Educação Física brasileira a segunda estratégia prevaleceu, ao menos nesses 15 anos.

Na realidade, a implantação do curso de bacharelado deveria ter sido precedida de um trabalho institucional planejado de recursos humanos, preparando os docentes para esse desafio. Em outras palavras, as mudanças deveriam ter sido iniciadas não na estruturação do curso nem na definição de suas diretrizes, mas sim no modo de pensar e de agir dos docentes (Tani, 1997). Todos sabem que a pesquisa é o grande agente gerador das mudanças no meio acadêmico, de forma que deveria ter havido

uma alteração na política de recursos humanos das escolas de Educação Física, assumindo como perfil desejável de seus docentes o pesquisador que ensina (Tani, 1992). Pesquisar nesse contexto significa, antes de mais nada, uma tomada de atitude. É sentir-se insatisfeito com o seu status quo em termos de conhecimentos adquiridos e ter determinação para desafiar o mundo desconhecido. Pesquisar é ir além da estabilização, introduzindo incertezas que possam gerar mudanças contínuas na sua estrutura de conhecimentos.

A não implementação dessa mudança na política de recursos humanos resultou num processo de formação de um corpo docente com reflexos também na Pós-Graduação (Tani, 2000). Existe uma carência crônica de recursos humanos qualificados na nossa área. Se há dez anos o título de doutor era condição suficiente para alguém participar da Pós-Graduação, com oferecimento de disciplinas e orientação, hoje isso se constitui apenas uma condição necessária. Atualmente, tem-se exigido um perfil docente mais qualificado, que evidencie uma produção intelectual significativa e regular, coerente com a área de concentração do programa. Se os próprios programas em funcionamento estão ainda buscando a consolidação e uma das principais dificuldades está na carência de recursos humanos qualificados, a criação de novos programas fica evidentemente dificultada. Embora novos doutores estejam sendo formados, é preciso reconhecer que a massa crítica existente não permite, de imediato, uma ampliação significativa no número de programas para atender a demanda reprimida.

## PROPOSTA DO CURSO

A preparação profissional é um processo extremamente complexo. Ela implica, antes de tudo, uma filosofia de preparação profissional que defina claramente o perfil profissional da pessoa que se quer formar (Manoel e Tani, 1999). Esse perfil, por sua vez, está intimamente relacionado às necessidades sociais e às características do mercado de trabalho, ambas de natureza muito dinâmica. Qual o perfil que merece ser perseguido? Um profissional com autonomia no que se refere à busca contínua de conhecimentos ou dependente da orientação e do estímulo de fontes externas? Que tipo de profissional estaria mais bem preparado para oferecer um serviço de qualidade capaz de dar uma resposta positiva à sociedade para que suas necessidades sejam adequadamente atendidas? Que conhecimentos, competências e sensibilidades profissionais deveria esse profissional possuir? Seria um profissional com capacidade de solucionar problemas ou simplesmente um “aplicador” de meios preestabelecidos? Um profissional com enorme capacidade de prescrever atividades ou com sensibilidade aguçada em diagnosticar as condições, necessidades e expectativas dos alunos e clientes antes de prescrever as atividades?

Parece não haver dúvida de que a preparação profissional não deve visar à formação de um mero repetidor de meios para solucionador problemas práticos, mas sim de um profissional com capacidade de repetir o processo de solução de problemas, ou seja, com conhecimentos amplos, capaz de refletir criticamente sobre os problemas, analisando-os num contexto mais geral e colocando-os numa perspectiva diferente, quando pertinente e necessário. Por conseguinte, o curso de preparação profissional necessitaria ter um caráter formativo e não apenas informativo (Guimarães, 1996). Deveria formar um profissional capaz de usar métodos e procedimentos científicos para solucionar os problemas práticos.

Muito se discute sobre qual seria o núcleo básico de conhecimentos de um curso de preparação profissional. Uns têm defendido conhecimentos eminentemente profissionalizantes de cunho aplicado. Outros têm se colocado no extremo oposto, defendendo conhecimentos essencialmente acadêmicos e básicos. No meu entender, ambos os conhecimentos são importantes, portanto, existe a necessidade de uma formação sólida de conhecimentos acadêmicos amplos e gerais sobre o objeto de estudo - movimento humano ou cultura do movimento - adquiridos de forma integrada e não fragmentada, assim como é necessária uma formação específica de conhecimentos profissionalizantes úteis na solução de problemas específicos

que surgem na atuação profissional. Conhecimentos aplicados não em forma de receitas prontas - as famosas formas mágicas de ensino - mas de princípios generalizáveis.

Cabe aos cursos de preparação profissional selecionar e organizar esses conhecimentos em virtude do perfil do profissional que se quer formar e disseminá-los de forma seqüencial e organizada mediante o conjunto de suas disciplinas curriculares, ou seja, de uma grade curricular coerentemente estruturada. A estruturação de um currículo é um empreendimento revestido de muitos desafios e incertezas. Seria desejável uma grade curricular fixa ou flexível? É importante propiciar ao graduando “montar” uma grade específica ajustada às suas condições e necessidades? Se isso é desejável, não haveria disciplinas obrigatórias? Como viabilizar esse tipo de currículo no plano administrativo? Independentemente da resposta, o importante é a compreensão de que a flexibilização do currículo necessita ser vista como uma forma de enriquecimento da formação, pois em nosso meio, é muito comum ela ser entendida como uma facilitação da vida dos estudantes, muitas vezes para possibilitar os bem conhecidos “bicos” durante o curso, contribuindo não apenas para a mediocridade da formação, mas também para a depreciação da profissão. Se estudantes podem assumir empregos, para que serve a formação profissional?

Uma vez definido o conteúdo a ser trabalhado no curso de preparação profissional, várias decisões devem ser tomadas sobre a maneira de disseminá-lo, o que implica definir a seqüência dos conhecimentos a serem adquiridos ao longo do curso. Seria mais apropriada uma seqüência que se inicia no conhecimento básico (compreensão) e vai para o aplicado (intervenção)? Ou que vai do mais microscópico (bioquímico) para o mais macroscópico (antropológico) quanto ao nível de análise? Ou ainda do mais fundamental ao mais aprofundado?

A implantação do bacharelado foi um importante passo no sentido da concretização de uma proposta de preparação profissional baseada em um corpo de conhecimentos. Como foi visto, o objetivo de um curso de bacharelado é formar profissionais com domínio do corpo de conhecimentos de uma área específica. Uma vez detentor desses conhecimentos, cabe ao bacharel transformá-los em “instrumento” de trabalho para solucionar problemas específicos que possam surgir em diferentes segmentos de atuação profissional (Tani, 1996). Infelizmente, o bacharelado foi mal compreendido no âmbito da Educação Física, em alguns casos por desconhecimento e em outros intencionalmente, no qual foi rotulado como um curso voltado apenas à formação de pesquisadores e de profissionais para atuarem em academias e, portanto, identificado com a corrente ideológica neoliberal: uma completa miopia acadêmica.

Talvez esse equívoco tenha se originado no fato de existir no bacharelado a expectativa de que a aquisição do conhecimento aconteça não apenas pela sua assimilação como um produto acabado, mas também pela compreensão do próprio processo de produção do conhecimento. Em outras palavras, o bacharelado é orientado a perguntar: de onde vieram os conhecimentos, como foram produzidos, quais foram as limitações das metodologias utilizadas, até que ponto os conhecimentos são generalizáveis e assim por diante, cultivando uma atitude crítica em relação à aquisição de novos conhecimentos, ou seja, atitude de pesquisador. A outra fonte do equívoco pode estar no fato de a Educação Física ter historicamente privilegiado, na preparação profissional, o executar em detrimento do conhecer, fazendo com que o conhecer seja apenas vinculado àqueles que tem interesse em atuar no mundo da pesquisa (Tani, 1999a).

## CORPO DISCENTE

Como foi afirmado na introdução do presente texto, não existe nenhum conhecimento privilegiado que mostre de antemão os passos e procedimentos que garantam uma formação de qualidade. No entanto, se me fosse indagado para apontar o elemento mais importante nesse processo, aquele que reúne a maior possibilidade e potencialidade para influenciar positivamente a formação profissional na direção da qualidade, não hesitaria em afirmar que é o corpo discente, por uma razão

muito simples: todo o processo é voltado para ele, de forma que o ensino de Graduação não teria sentido se não fossem os próprios alunos os maiores interessados em se formarem profissionais críticos e competentes.

No entanto, para que o corpo discente assuma esse papel de protagonista, ou seja, participe ativa e articuladamente do processo de formação profissional, existe, de partida, um rito de passagem que necessita ser experimentado. Refiro-me à mudança radical de mentalidade e de atitude, daquelas mais passivas e estreitas cultivadas durante o ensino fundamental e médio e fortalecidas sobremaneira no cursinho, para aquelas mais positivas com muita iniciativa e espírito crítico que o ensino superior requer. É amplamente conhecido que os jovens de hoje são preparados, desde os primeiros anos da escolarização, basicamente para vencer a "guerra do vestibular", o que implica, na maioria das vezes, transformarem-se num exímio consumidor e "memorizador" de conhecimentos acabados. Não lhes é dada a oportunidade de analisarem criticamente não apenas o conhecimento em si e a sua utilidade, mas também o processo de sua produção. Além disso, como a preparação para o vestibular ocupa todo o tempo disponível, de certa forma os jovens são forçados a alienarem-se de todo o resto que acontece no mundo e na sociedade e acabam adquirindo uma visão muito estreita da realidade.

Certamente, essa mudança de mentalidade e de atitude envolve um processo gradual de amadurecimento, mas é importante que se inicie o mais precocemente possível, de preferência pela mudança de expectativa que muitos estudantes têm do curso de formação profissional, ao ingressar num curso superior. Muitos alunos chegam ao ensino superior com uma expectativa de que vão encontrar um curso recheado de atividades práticas que lhes possibilitarão "curtir" intensamente os prazeres da atividade física. Essa expectativa é formada com base numa visão de Educação Física eminentemente prática, construída ao longo de sua vida e fortemente influenciada pelas experiências que teve na escola e pela própria concepção que a sociedade cultiva, veicula e até impõe. Trata-se, obviamente, de uma visão formada na perspectiva do praticante de atividade física e não do estudante de atividade física (Tani, 1995, 1997). Essa mudança de expectativa resultará numa atitude mais positiva em relação à busca do conhecimento e em relação ao conhecimento científico em si, diferente daquela estabelecida até então. O conhecimento passa a ser entendido como algo que vai fundamentar a sua formação profissional e não simplesmente como algo que vai aumentar o seu cabedal de conhecimentos gerais o suficiente para ser aprovado no vestibular.

Uma outra mudança de mentalidade e de atitude é também necessária quando se passa de um aluno de ensino médio para um estudante de um curso de graduação. Na realidade, trata-se de uma mudança que implica reconhecer a diferença entre ser um aluno e tornar-se um profissional. Não tem lugar no ensino superior aquele pensamento de que é possível manter um comportamento de aluno durante os quatro anos do curso e tornar-se um profissional, da noite para o dia, no dia em que recebe o diploma de graduação, como num passe de mágica. O aluno deve ter a consciência de que, desde o primeiro dia em que coloca os pés na faculdade, ele está se tornando gradativamente um profissional e, portanto, é preciso zelar pela sua formação desde o primeiro dia do curso. Tornar-se um profissional significa, tendo como ponto de partida os conhecimentos básicos adquiridos no ensino fundamental e médio, adquirir habilitação e competência específicas de uma área, que possibilitarão exercer uma profissão e assim lutar por uma vida digna. Esse processo de mudança envolve e requer muitas ações concretas.

A primeira delas é o graduando ser sujeito do seu processo de aprendizagem. Isso implica vários aspectos: entender que não mais se estuda para ser aprovado numa prova, mas sim para ter acesso a conhecimentos e construir uma estrutura sólida que se tornará seu instrumento de trabalho; cultivar uma postura de independência no que se refere a busca de conhecimentos, não se limitando àquilo que o professor oferece numa sala de aula; explorar fontes de informação por conta própria - bibliotecas, laboratórios, grupos de estudo, cursos, palestras, etc. - para suprir as suas curiosidades intelectuais estimuladas na sala de aula ou mesmo em outros segmentos da convivência institucional; entender que aquilo que é oferecido em sala de aula é apenas uma parte mínima de um rico acervo cultural acumulado historicamente e que a universidade tem

limitações intrínsecas em disseminar conhecimentos perante uma ciência que os produz num ritmo alucinante; compreender desde cedo a importância do aprender a aprender, porque o conhecimento pode tornar-se desatualizado em pouco tempo; manter-se sintonizado com as inovações e avanços tecnológicos e científicos para não se tornar obsoleto.

A segunda mudança relaciona-se à aquisição de uma visão sistêmica. A vida universitária não pode ser reduzida a um simples processo de aquisição de conhecimentos específicos capazes de transformar o estudante num mero solucionador de problemas práticos. Ela deve constituir-se num processo de formação de um profissional com uma sólida, abrangente e profunda estrutura de conhecimentos, capaz de refletir criticamente sobre os problemas mais amplos da sociedade, de analisar os problemas específicos nesse contexto (Tani, 1999b). Para adquirir esse tipo de visão, o graduando não pode se limitar a conviver apenas no universo específico da sua área de conhecimento, mas aproveitar de tudo o que a universidade oferece, participando ativamente da sua agenda científica, cultural e social. Mais do que isso, deve acessar e explorar todos os meios disponíveis de aculturação que a universidade disponibiliza: jornais, editoras, sites, serviços, laboratórios e assim por diante. Como diz o ditado popular, é importante conhecer não apenas a árvore de suas preocupações específicas, mas também a floresta em que ela está inserida.

A terceira envolve a aquisição de uma estratégia para adquirir, organizar e estruturar os conhecimentos. Perante um universo quase ilimitado de conhecimentos disponíveis, está claro que não basta adquiri-los, mas sim organizá-los e transformá-los numa estrutura devidamente organizada de conhecimentos. A quantidade absoluta de conhecimentos é importante, mas é preciso evitar o acúmulo de conhecimentos “avulsos”. Isso implica relacionar sempre o que está sendo adquirido aos já disponíveis na sua estrutura organizada de conhecimentos, ou seja, o que comumente se denomina de análise crítica dos conhecimentos. A nossa memória física tem sérias limitações no que se refere a capacidade de armazenamento e de retenção dos conhecimentos. Conhecimentos “avulsos” são mais difíceis de serem recuperados da memória e mais fáceis de serem esquecidos. Portanto, a organização de conhecimentos não pode prescindir de uma “memória tecnológica” com o auxílio do computador, especialmente para profissionais de Educação Física que muitas vezes se comportam como profissionais eminentemente práticos, confiantes na sua habilidade subjetiva, muito mais que nos conhecimentos organizados e estruturados objetivamente. Não é preciso ir muito longe para entender a importância de uma memória tecnológica “objetiva” para um profissional no mundo moderno. Basta fazer uma pergunta: um arquiteto que não armazena os seus projetos em forma de arquivos no computador ou um médico que não faz o mesmo com o histórico dos seus pacientes sobreviveria nesse mundo baseado na tecnologia da informação?

A última refere-se a assumir a sua parte de responsabilidade no quadro institucional. O estudante universitário constrói durante o curso de Graduação uma relação de compromisso com uma categoria profissional. Prepara-se para se tornar membro de uma coletividade com a qual conviverá, provavelmente, por toda a vida. Portanto, o curso de formação profissional é também um processo privilegiado para exercitar e fortalecer o senso de responsabilidade profissional coletiva. Ele deve deixar um legado para os que vêm depois, e não apenas usufruir o que foi deixado pelos seus antecessores. Muitos graduandos, apesar de serem exímios críticos da qualidade do ensino e do eventual desinteresse do professor em melhorá-la, pouco ou nada fazem para mudar o panorama. Conformam-se com a mediocridade e até pacto com ela estabelecem: fazem de conta que estão aprendendo e o professor continua fazendo de conta que está ensinando. E a vida institucional assim prossegue. Tanto é que a turma seguinte passa pela mesma experiência e o processo se repete. É o velho mecanismo perverso de manutenção do *status quo*, garantido pelo fato de que o aluno passa e o professor fica (TANI, 1997). Os graduandos não percebem ou não querem perceber que não causa nenhum desconforto ao professor um estudante que, apesar de descontente, é omissivo. Na realidade, o que mais incomoda o professor é ser questionado na base de seus conhecimentos e não ser capaz de responder a uma pergunta bem elaborada, de preferência fundamental. Não que ele tenha a obrigação de ter respostas para todas as

perguntas. O professor tem sempre a prerrogativa de reconhecer que não sabe e assumir o compromisso de trazer a resposta na próxima aula, apesar de muitos não resistirem à tentação de usar todas as estratégias acumuladas ao longo da sua carreira para “enrolar” e não assumir a ignorância. O problema é que existe uma condição a ser preenchida para que o graduando torne-se apto a colocar o professor “na parede” com um bom questionamento: estudar muito, antecipar o conteúdo programático da matéria com leituras, reflexões e discussões críticas, preparando-se de antemão para a aula. Quantos são capazes disso? O dia em que o corpo discente tomar consciência desse poder de transformação que tem em mãos, a história da preparação profissional e da própria Educação Física certamente será outra.

Em suma, o corpo discente tem uma grande responsabilidade na melhoria da qualidade do ensino. Antes de tudo, é preciso estudar muito, com afinco e dedicação. Ter postura crítica é essencial para apresentar sugestões e reivindicações, mas é necessário que elas sejam acompanhadas de uma reflexão criteriosa e de uma autocrítica sincera. Ser crítico não pode ser confundido com ser um aguerrido contestador que, muitas vezes, não passa de um ingênuo "testa de ferro" ou "massa de manobra" de grupos específicos, muitos deles liderados por docentes, com objetivos outros que não a formação profissional de qualidade. Ser crítico no sentido verdadeiro do termo, ter mente aberta e não dogmática, mostrar iniciativa e vontade de aprender são requisitos fundamentais não apenas para uma formação profissional de qualidade, mas também para a formação de um cidadão responsável, participativo e competente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi mencionado na introdução do texto, o objetivo dessa apresentação foi identificar e discutir alguns fatores que compõem e/ou influenciam o ensino de Graduação em Educação Física para que eles sejam apropriadamente considerados e contemplados no curso de formação profissional e sejam também utilizados como referências úteis para se avaliar as condições de ensino - processo imprescindível para a busca da qualidade. Certamente, existem outros fatores a serem considerados, mas os sete aqui identificados podem ser vistos como os mais representativos do complexo sistema que é a preparação profissional em Educação Física.

Também foi mencionado que a preparação profissional é um processo muito dinâmico em que esses fatores interagem e também mudam com o tempo, uns de forma mais rápida e outros mais lentamente. Por exemplo, as necessidades sociais não se alteram com tanta facilidade, mas o mercado de trabalho sim. Em termos de operacionalização, alguns fatores podem ser mudados com maior rapidez, enquanto outros demandam um longo e demorado processo para ser modificado. A proposta do curso e as diretrizes administrativas podem ser mudadas rapidamente, mas os corpos docente e discente não. O corpo docente, em razão da já discutida carência de recursos humanos qualificados e o corpo discente, por constituir-se no produto final de todo um processo de escolarização que se inicia no ensino fundamental. Não se produz um docente competente e produtivo em pouco tempo, tampouco se forma um estudante crítico e participativo da noite para o dia.

Alguns fatores não podem nem ser considerados na dimensão do tempo, por serem absolutamente fundamentais. Por exemplo, no que se refere ao corpo de conhecimentos, a indefinição de sua identidade tem sido apontada como um dos problemas cruciais da área, do qual deriva vários outros (Tani, 1988, 1989, 1996, 1998, 1999a). A falta de definição de uma estrutura que oriente e organize a produção de conhecimentos (base e estatuto epistemológicos) pode resultar num acúmulo de conhecimentos desconexos incapazes de evidenciar e caracterizar uma área coerente e específica de conhecimento e, conseqüentemente, difíceis de serem organizados em forma de uma grade curricular para a formação de um profissional com perfil definido. Por isso, constitui-se uma necessidade imperativa para a área, cuja elucidação não pode mais esperar. É

oportuno reiterar que a legitimidade social e profissional de uma profissão academicamente orientada passa necessariamente pela legitimidade acadêmica e científica do corpo de conhecimentos que dá sustentação ao curso de formação profissional.

Diante desse quadro e retornando ao objetivo central da conferência, que é discutir a questão da avaliação das condições de ensino da Graduação com vistas à formação de qualidade, eu destacaria, para finalizar, a necessidade de um planejamento estratégico institucional para equacionar adequadamente todos esses fatores, no qual três desafios ocupariam uma posição de destaque, considerando-se as circunstâncias que envolvem a Educação Física brasileira: no plano administrativo, a implantação de um programa de qualidade e produtividade; no plano discente, a implantação de um sistema eficiente de iniciação científica, e no plano docente, a implantação de um sistema contínuo, justo e eficiente de acompanhamento e avaliação da sua produção intelectual.

## REFERÊNCIAS

BLAIR, S.N.. **Physical activity, physical fitness and health**. Research Quarterly for Exercise and Sport, n. 64, p. 365-376, 1993.

BOUCHARD, C., SHEPHARD, R.J. e STEPHENS, T.. **Physical activity, fitness and health**. Champaign, Illinois: Human Kinetics, 1994.

GUIMARÃES, J.A. **Pós-graduação e pesquisa**. In CAPES (Ed.), Discussão da pós-graduação brasileira. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p. 9-16, 1996.

LAWSON, H.A. **Invitation to physical education**. Champaign, Illinois: Human Kinetics, 1984

MANOEL, E. de J. e TANI, G. Preparação profissional em educação física e esporte: passado, presente e desafios para o futuro. **Revista Paulista de Educação Física**, Número Especial Comemorativo aos 30 Anos de Incorporação pela Universidade de São Paulo, 13, 13-19, 1999.

MARIZ de OLIVEIRA, J.G. Preparação profissional em educação física. In S.C.E. Passos (Org.), **Educação física e esportes na universidade**. Brasília: SEED-MEC/UnB, 1988.

MATSUDO, V.K.R. Esporte, lazer e qualidade de vida. In W.W. Moreira e R. Simões (Orgs.), **Fenômeno esportivo no início de um novo milênio**. Piracicaba: Editora Unimep, 2000.

MOREIRA, W.W. e SIMÕES, R. (Orgs.). **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

MORFORD, W.R. Toward a profession, not a craft. **Quest**, n. 18, p. 88-93, 1972.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. Londrina: Editora Midiograf, 2001.

PAFFENBARGER, R.S. e LEE, I-M. Physical activity and fitness for health and longevity. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, 67, Sup.3, 11-28, 1996.

POLLOCK, M.L., GAESSER, G.A., BUTCHER, J.D., DESPRÉS, J., DISHMAN, R.K., FRANKLIN, B.A. e GARBER, C.E. The recommended quantity and quality of exercise for developing and maintaining cardiorespiratory and muscular fitness, and flexibility in healthy adults. **Medicine e Science in Sports and Exercise**, n. 30, p. 975-991, 1998.

TANI, G. Pesquisa e pós-graduação em educação física. In S.C.E. Passos (Org.), **Educação física e esportes na universidade**. Brasília: SEED-MEC/UnB, 1988.

TANI, G. Perspectivas da educação física como disciplina acadêmica. In **Anais** do II Simpósio Paulista de Educação Física, Volume II. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2-12, 1989.

TANI, G. Estudo do comportamento motor, educação física escolar e a preparação profissional em educação física. **Revista Paulista de Educação Física**, n. 6, p. 62-66, (1992).

TANI, G. Vivências práticas no curso de graduação em educação física: necessidade, luxo ou perda de tempo? In **Anais** do VI Simpósio de Pesquisa em Educação Física. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 17-31, 1995.

TANI, G. Cinesilogia, educação física e esporte: ordem emanente do caos na estrutura acadêmica. **Motus Corporis**, n. 3, p. 9-49, 1996.

TANI, G. Algumas reflexões sobre o bacharelado em educação física. **Caderno Documentos 3**. Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, p. 56-70, 1997.

TANI, G. 20 anos de ciências do esporte: um transatlântico sem rumo? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Número Especial Comemorativo aos 20 Anos de Fundação, p. 19-31, 1998.

TANI, G. Atividade de pesquisa na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: passado, presente e futuro. **Revista Paulista de Educação Física**, Número Especial Comemorativo aos 30 Anos de Incorporação pela Universidade de São Paulo, n. 13, p. 20-35, 1999a.

TANI, G. Pós-graduação e iniciação científica. In **Anais** do VII Congresso de Educação Física e Ciências do Esporte dos Países de Língua Portuguesa. Florianópolis: UDESC/UFSC, p. 46-56, 1999b .

TANI, G. Os desafios da pós-graduação em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 22, p. 79-90, 2000.

TANI, G. Esporte, educação e qualidade de vida. In W.W. Moreira e R. Simões (Orgs.), **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002 .

TANI, G. e MANOEL, E. de J. Esporte, educação física e educação física escolar. In A.C. Gaya, A.T. Marques e G. Tani (Orgs.), **Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

***Contatos***

Universidade de São Paulo

Fone: 3515 2140

Endereço: Av. Melo Moraes, 65 – Cidade Universitária/ SP – Cep.: 05508-900

E-mail: [gotani@usp.br](mailto:gotani@usp.br)

***Tramitação***

Recebido em: 08/07/2007

Aceito em: 03/08/2007